

11-08-2020

“Mamãe, quero brincar com você” sobre mulheres-mães-pesquisadoras em tempos de pandemia

Francine Dias

[Assistente Social. Doutoranda Ensp/Fiocruz]

“Mamãe, quero brincar com você”; “mamãe, já acabou de trabaiá?”; “manhê, quero fazer cocô”.

“Há certas frases que iluminam pelo opaco”, nos disse Manoel. É pelo cuidar das crias, experiência ofuscada nos processos de trabalho de mulheres-mães-pesquisadoras, que este breve escrito pretende iluminar o que vem sendo repetido muitas e muitas vezes e permanece no opaco. Pelas exclamações cotidianas que pedem visibilidade, atravessam o trabalho remoto, a produção acadêmica e o trabalho doméstico, vos convido a esta leitura. Por se inspirar em artigo produzido em conjunto com Roberta Mendonça, Adriana Werneck e Karine Bastos, esse texto reconhece a coautoria dessas mulheres, além de Ana, Maria, Bia, Nina e Benja, nossas crias.

O isolamento social como medida primária de proteção contra a Covid-19 atravessou inúmeras existências. Sem condições de falar sobre tantas afetações, escrevemos aquela que constitui a experiência de mulheres que estão confinadas com suas crias, atendendo às múltiplas demandas da vida e de trabalho como docentes-pesquisadoras-estudantes. Assim, reconhecemos também os cotidianos daquelas não acadêmicas que exercem o papel de cuidado simultaneamente ao trabalho remoto.

Apetece, primeiramente, “repetir repetir – até ficar diferente”, como proclamou Manoel. Então, chamamos atenção para a invisibilidade de nossos corpos maternados no ambiente acadêmico [Mendonça/Werneck/ Bastos/Dias, 2020], espaço que não foi produzido, tampouco tem se transformado de modo a atender as realidades daquelas que mais o sustentam: mulheres pesquisadoras. A esse respeito, cabe destacar pesquisas recentes que afirmam que mais de 70% da produção acadêmica do país é assinada por nós (OEL, 2019).

Este dado, desde março de 2020, tem sido confrontado com notícias que alertam para os efeitos do distanciamento social no cotidiano destas mesmas sujeitas, revelando o que nunca foi novidade: a sobrecarga doméstica que afeta a mulher e constitui impedimentos na continuidade de suas demais atividades, especialmente quando estas são mães. São diversas as manchetes que denunciam: nossa produção acadêmica DESPENCOU durante a pandemia de Covid-19.

Qualquer mulher-mãe-pesquisadora poderia narrar episódios de constrangimentos vivenciados no espaço acadêmico quando em companhia de sua cria. Eles são variados, passando por olhares de desprezo ou censura, falas que desqualificam a presença da criança no recinto ou da mulher ao ocupá-lo quando se tem filhos pequenos [Mendonça/Werneck/ Bastos/Dias, 2020], ou mesmo a necessidade de trocar uma fralda e não haver espaço adequado para fazê-lo.

O choro revela a intransigência, o limite da impossibilidade de habitar a academia.

Os corpos brincantes, animados e curiosos das crianças – atributos por vezes demandados ao corpo que pesquisa e leciona – são encarados com incômodo quando transbordam aos limites morais que alicerçam relações de poder na universidade. A sobrecarga doméstica e as crianças sempre existiram como responsabilidade mal repartida entre homens e mulheres, entre mulheres e comunidade e mulheres e família. Não à toa, observamos o crescimento da institucionalização de crianças em tempo integral.

Com redes de apoio reduzidas ou inexistentes, o cuidado urge, assim como a necessidade de prover condições materiais para existência. A maternidade solo radicaliza essa experiência, fragilizando ainda mais as mulheres que povoam o meio acadêmico, dentre tantos outros.

O trabalho remoto tem desterritorializado o lugar da criança nas relações. Mesmo quando não aparecem diante das câmeras, suas vozes ecoam como pano de fundo e revelam sua presença durante reuniões. Ao contrário do que parece, elas sempre estiveram conosco, mesmo quando estamos sozinhas em salas de aula ou em grupos de pesquisa, pois suas demandas são gerenciadas simultaneamente e à distância.

Agora a experiência é outra, elas escapam de nossos corpos e mentes e atravessam o coletivo. Mesmo com vídeo e áudio desligados, sua existência demanda cuidado e atenção, agudizando as dificuldades de quem precisa parir artigos, avaliações, planos de trabalho remoto e tantas outras atividades acadêmicas [Mendonça/Werneck/Bastos/Dias, 2020]. Elas reivindicam seu lugar além-mãe.

Se o reconhecimento da produção acadêmica das mulheres tem sido possível mediante números revelados, é tempo de analisar a realidade ofuscada para entender em que condições essas trabalhadoras sustentam as pesquisas e buscar formas de ampará-las. Garantir condições de acesso e permanência das mulheres na universidade como estudantes-professoras-pesquisadoras é garantir a manutenção da pesquisa brasileira. Aqui, realmente, “somos mais de 70%”.

Esse debate é indissociável de uma agenda feminista interseccional. Ele convoca uma pauta coletiva que considere o cuidado das crianças como uma questão de gênero, raça, classe, deficiência, saúde, trabalho e de direitos humanos.

Em julho/2020 o ECA completou trinta anos.

No artigo 4º, os direitos de nossas crias estão demarcados como dever da família, comunidade, sociedade e poder público.

Se numa sociedade capitalista - colonialista - patriarcal - machista - misógina - capacitista as nossas narrativas têm pouca legitimidade, que o direito assegurado em lei seja ponto de partida para o inadiável reconhecimento de que as crianças são responsabilidade de todas as pessoas e instituições, não exclusivamente de suas mães.

É isso o que vamos “repetir repetir – até ficar diferente”.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.